

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de setembro de 2020 às 08h39
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Ex-aluno de professora investigada por plágio entra com ação no TJ-BA e pede indenização de R\$ 30 mil

BAHIA

3

Agência Sebrae de Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Sebrae vai fazer diagnóstico de 110 potenciais indicações geográficas até o final do ano

5

Ex-aluno de professora investigada por plágio entra com ação no TJ-BA e pede indenização de R\$ 30 mil

BAHIA

1 de 2Cátia (loira) ao lado de Lorena, que foi aluna dela e a denuncia por plágio em trabalho do curso de Direito ao fim de graduação em Salvador, na Bahia - Foto: Arquivo Pessoal

Cátia (loira) ao lado de Lorena, que foi aluna dela e a denuncia por plágio em trabalho do curso de Direito ao fim de graduação em Salvador, na Bahia - Foto: Arquivo Pessoal

Um advogado que é ex-aluno da professora de direito Cátia Regina Raulino, investigada por plagiar trabalhos de alunas em Salvador, também abriu uma ação cível no Juizado Especial do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), contra a professora, e pediu uma indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil.

Além das acusações de plágio, as ex-alunas denunciam que Cátia não tem os títulos de pós-graduação que ela diz ter.

Segundo informações do TJ-BA, o advogado, identificado como Jardes Costa de Oliveira, protocolou a ação no dia 31 de agosto, na 4ª Vara das Causas Comuns. A vítima chegou a ser ouvida pela polícia nesta semana.

A juíza Regina Helena Santos e Silva proferiu despacho em 4 de setembro e afirmou que vai se reservar à apreciação dos pedidos de urgência somente após a apresentação da defesa de Cátia Raulino.

O G1 entrou em contato com a defesa da professora, mas até a última atualização desta reportagem, não obteve retorno.

Na decisão, a juíza informa que a Cátia Raulino tinha 5 dias para se manifestar sobre o pedido.

A Polícia Civil informou que segue investigando to-

das as denúncias de plágio contra a professora. De acordo com o órgão, algumas pessoas foram ouvidas nessa semana e a suspeita deve se ouvida na próxima semana.

Cátia Raulino começou a ser investigada depois que ex-alunas do curso de Direito de uma faculdade particular de Salvador a denunciaram por plágio.

Segundo as mulheres, que já estão formadas, quando ainda eram estudantes, elas tiveram os trabalhos de conclusão de curso incluídos em livro e revista e, nas publicações, a professora assinou os textos como dela, sem citar as então alunas.

2 de 2Cátia mostrou artigo de Lorena em outro livro onde só aparece o nome dela e o título é o mesmo do artigo da ex-aluna - Foto: Redes Sociais

Cátia mostrou artigo de Lorena em outro livro onde só aparece o nome dela e o título é o mesmo do artigo da ex-aluna - Foto: Redes Sociais

A suspeita já atuou como professora e coordenadora de faculdades particulares da capital baiana. Cátia Raulino divulgava o trabalho dela nas redes sociais, mas um dos perfis, que tinha mais de 180 mil seguidores, foi desativado.

Em 19 de agosto, ela informou ao G1 que estava recolhendo documentos e que depois iria se pronunciar sobre o caso. Entretanto, depois disso, ela não falou mais com a imprensa.

Um das ex-alunas acionou o Ministério Público Estadual (MP-BA), que apura ao menos seis denúncias: duas referentes a suposta prática de exercício ilegal da advocacia e quatro referentes a suposto crime de violação de **direito** autoral.

Continuação: Ex-aluno de professora investigada por plágio entra com ação no TJ-BA e pede indenização de R\$ 30 mil

No currículo, Cátia Raulino alega ser formada em direito e que tem mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas as universidades em que ela diz ter concluído as formações negam que ela tenha os títulos.

Em 31 de agosto, ela esteve na delegacia da Boca do Rio, responsável pelo caso, e entregou documentos. No entanto, o delegado Antônio Carlos Magalhães Santos, que investiga o caso, informou que nenhum deles é um diploma ou comprova os títulos que ela alega ter.

Na ocasião, o delegado disse, também, que os documentos entregues pela professora de direito podem contestar as denúncias de plágio, mas sustentou que essa informação ainda está sob investigação.

.

20 vídeos

Sebrae vai fazer diagnóstico de 110 potenciais indicações geográficas até o final do ano

O Sebrae irá realizar até o fim do ano, um levantamento de 110 regiões em todo o país, com potencial para conquistarem o reconhecimento oficial como **Indicações Geográficas (IG)**. Até agora, foram realizados os diagnósticos em 79 regiões, a maioria delas voltadas para o agronegócio. Atualmente, o Brasil possui 70 IG registradas, localizadas principalmente no Sul e Sudeste, onde estão cerca de 60% delas. Devido à diversidade cultural e ambiental do nosso país, há potencial para que mais regiões brasileiras busquem esse reconhecimento.

A IG constitui em um ativo de propriedade industrial estratégico na proteção e na promoção de áreas geográficas vinculadas a produtos e serviços específicos. Ao serem reconhecidas, os produtores vinculados a essas IG podem perceber a agregação de valor aos seus produtos e serviços, maior acesso a mercados diferenciados, aumento do fluxo de turistas, dentre outros benefícios.

A maior parte das **Indicações Geográficas** é formada pelos pequenos negócios, segundo levantamento do Sebrae. O reconhecimento de uma IG, no Brasil, é obtido por meio de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Hoje o país possui **Indicações Geográficas** em vários setores, como vinhos, artesanatos, cafés, queijos, frutas, entre outros.

"Estamos fazendo o diagnóstico de Norte a Sul do país, a partir da demanda dos pequenos negócios. Le-

vantamos estudos e informações disponíveis, conversamos com os produtores e parceiros, analisamos a governança local, verificamos a aderência com a estratégia e visão de futuro dos produtores. O diagnóstico de potencial IG é a primeira etapa no apoio do Sebrae às **Indicações Geográficas**", comenta a analista do Sebrae, Raquel Minas, que também tem o apoio das unidades regionais da instituição.

Uma das potenciais IG diagnosticadas foi o tabaqui do Vale do Jamari, em Rondônia. Com a comprovação do potencial, a região já está se preparando para iniciar a fase de estruturação da IG, com apoio do Sebrae Rondônia e parceiros.

Em Querência do Norte, no Paraná, o ginseng brasileiro é um dos produtos que também apresentou potencial para obter o registro de **Indicação Geográfica**. O Sebrae diagnosticou que a área tem potencial para a modalidade de **Denominação de Origem (DO)**. O ginseng brasileiro é uma planta utilizada na fabricação de medicamentos para o tratamento de algumas doenças. Em seu diagnóstico, o Sebrae avalia que a região possui as características geomorfológicas que propiciariam uma planta com formato e coloração características daquela área.

Para conhecer mais sobre o trabalho do Sebrae com **Indicações Geográficas**, .

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Denominação de Origem

5

Marco regulatório | INPI

5